

Ressaca normal?

Podem ficar tranqüilos os foliões. Não acordarão na Quarta-Feira de Cinzas com um pacote econômico sobre suas cabeças — ou sobre seus bolsos. A ressaca de quarta-feira não será maior do que nos anos anteriores, garante Itamar.

Não será mesmo? Numa entrevista informal que concedeu na segunda-feira de manhã, o presidente advertiu que os jornalistas não estavam dando a devida atenção à reunião com a equipe econômica, convocada para o dia 16 próximo, que “será muito importante”. Muitos interpretaram sua declaração como uma insinuação de que o governo estaria preparando algum **pacote** de estabilização para ser anunciado em breve. O presidente viu-se, então, na obrigação de soltar uma nota na qual diz que “pierrots, arlequins e colombinas (...) podem divertir-se despreocupadamente”, porque “não serão anunciadas medidas após a reunião do dia 16”. Diz ainda que “qualquer iniciativa do governo será sempre cercada da maior transparência”.

Nem a nota, porém, tem a transparência alardeada pelo presidente. Se, na entrevista informal, ele disse que as indústrias farmacêuticas “não podem por esperar”, na nota insiste em que “o governo não permitirá a ganância, parta de onde partir” e que, por isso, está atento aos “aumentos abusivos nos custos dos alimentos e dos remédios” e aos “movimentos especulativos”, e vai agir contra eles. Vai agir como? Com um novo choque heterodoxo? Ao semear incerteza entre os agentes econômicos, o governo acaba por estimular os movimentos defensivos, que geralmente resultam em aumentos dos preços que diz querer conter.

Tem sido quase **praxe** na história recente da economia brasileira, nos momentos em que se sentem enfraquecidos na luta contra a inflação, os governantes ameaçarem os empresários.

Ocorre, porém, que eventuais avanços da inflação, como a que ocorreu em dezembro e a que ocorre neste mês, resultam muito mais das ações do governo — ou da falta delas — do que de “movimentos especulativos” que o presidente quer descobrir em cada variação dos preços. O que está ocorrendo no momento, por exemplo, tem tudo a ver com o clima de insegurança que se vai instalando na economia por causa das ameaças do governo e com o estouro da base monetária em dezembro (quando cresceu 63%, porque o governo atendeu irrestritamente à demanda por moeda, típica nessa época do ano), que se associaram ao anúncio do aumento do salário mínimo e à aprovação da nova política salarial, com critérios mais generosos de correção.

É claro que os trabalhadores não podem ser punidos porque o governo não soube conter a inflação, mas a medidas como essas no campo salarial deve corresponder maior rigor na gestão da política monetária e na administração das finanças públicas, de modo que o resultado final não seja necessariamente mais inflação.

Mas, em vez de manter um controle rígido sobre a moeda em circulação, até para conter os efeitos nocivos da expansão ocorrida em dezembro, o ministro da Fazenda, Paulo Haddad, diz que “seria lamentável recorrer a uma política monetária mais restritiva”, pois isso agravaria a recessão.

Todos — e não apenas o presidente e sua equipe — gostaríamos de ter crescimento econômico sem inflação e com juros baixos. O diabo é que, sempre que o governo fala em colocar em prática “soluções” que produzam esses três resultados simultaneamente, acaba caindo na tentação do choque econômico, que, agora, estragaria o carnaval do mais animado folião.